

Prefácios, direções, advertências: orientações ao professor nos livros didáticos (1880-1930)

Forewords, directions, and warnings: guidelines to teachers in textbooks (1880-1930)

Fabio Ribeiro*

Resumo

O artigo apresenta pesquisa sobre a presença de orientações aos professores em livros didáticos direcionados ao nível primário e secundário, editados no Brasil entre 1880 e 1930. Pensado para o aluno, o livro escolar é, também, importante recurso para o professor. Referenciando-se nos estudos de Roger Chartier sobre a História do Livro e da Leitura e de Allain Choppin e Circe Bittencourt acerca do livro didático, analisam-se livros de diferentes disciplinas, identificando o conteúdo das instruções, como são apresentadas em cada nível escolar e de que maneira dialogam com o modelo pedagógico em voga. Conclui-se que a presença de subsídios ao docente não era regra para as casas publicadoras e que variava conforme o público a que se destinava. Sugere uma aproximação das orientações nos livros escolares com o conteúdo de revistas pedagógicas da época e suas “receitas para ensinar”.

Palavras-chave: livro didático; orientações ao professor; formação docente.

ABSTRACT

The article presents research on the presence of guidance to teachers in textbooks targeted at primary and secondary levels, edited in Brazil between 1880 and 1930. Designed for the student, the textbook is also an important resource for teachers. Referring to Roger Chartier's studies on the History of Book and Reading, and Allain Choppin and Circe Bittencourt's studies on the textbook, it analyzes books from different disciplines, identifying the content of the instructions, how they are presented at each school level, and how they dialogue with the current pedagogical model. It concludes that the existence of grants to teachers was not a rule for publishing houses and that it varied according to the intended audience. It suggests an approach to guidelines in the textbooks with the content of educational magazines of that time and their “recipes to teach”.

Keywords: textbook; guidelines to teachers; teacher training.

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) com pesquisa na área de Ensino de História. Professor das Redes Públicas Estadual (SP) e Municipal (Itanhaém, SP). fabiohist@hotmail.com

Em modelos escolares tão diversos quanto uma escola de orientação anarquista ou um colégio religioso, nas mais diferentes partes do mundo e em distintas temporalidades, lá estará o livro escolar, em geral, nas mãos de jovens estudantes que vislumbram nele importante instrumento de apoio à sua aprendizagem. Apesar de pensado e concebido com vistas ao aluno, a escolha e o uso do livro didático em sala de aula dependem da ação do professor, que muitas vezes o utiliza no preparo de aulas e na elaboração de atividades. Assim, o compêndio cumpre, também, a função de auxiliar, orientar e instrumentalizar o docente em seu ofício diário.

Este artigo, elaborado com base em capítulo da dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP (Ribeiro, 2015), analisa a presença de diálogos e orientações ao professor em livros didáticos editados no Brasil entre 1880 e 1930, buscando identificar o conteúdo dessas instruções e de que maneira dialogam com os modelos pedagógicos vigentes e propagados pelos periódicos educacionais.

O período investigado abrangeu a passagem do Império para a República, quando a instrução pública e a alfabetização eram vistas como condições indispensáveis às transformações políticas, econômicas e sociais a que se aspirava. A educação poderia acertar o passo do Brasil atrasado com o mundo europeu desenvolvido. O modelo pedagógico paulista – centrado na Pedagogia Moderna, segundo a qual a “arte de ensinar” baseava-se na observação e cópias de modelos – tornou-se, a partir do início do século XX, referência para iniciativas de remodelação escolar em outros estados brasileiros (Carvalho, 2000). O ocaso desse modelo e o advento de uma fase de intensa atuação do Poder Federal no controle da política educacional, a partir de 1930, são as marcas finais dessa etapa.

O objeto principal desta investigação é o livro didático. Obviamente, o volume de obras editadas no período esquadrinhado é imenso. Considerando que a presença de instruções era exceção, não regra, estabelecer muitos parâmetros para a escolha dos livros – tais como disciplina, autor e editora – poderia conduzir à exclusão de informações relevantes. Assim, dentro da baliza temporal estabelecida, foram buscados no Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES), da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP,¹ e na página do Laboratório de Ensino e Material Didático (Lemad) do Departamento de História da FFLCH/USP² referências a livros

didáticos voltados aos níveis primário e secundário que trouxessem algum tipo de diálogo com o docente.

Desde o início do século XX, inúmeros manuais foram editados e circularam pelas escolas brasileiras.³ Frutos de iniciativas particulares ou concebidos sob o patrocínio do Estado, eram escritos por pesquisadores, acadêmicos ou renomados professores da educação básica e objetivavam oferecer ao professor orientações didáticas e metodológicas acerca do ensino de determinada disciplina. Contudo, não apresentavam qualquer vinculação com o livro escolar.

O olhar dispensado ao livro escolar neste artigo referencia-se nos estudos de Circe Bittencourt (2008; 2011) e Alain Choppin (2002; 2004) acerca dessa temática. Choppin (2002, p.22) ressalta que o caráter abrangente apresentado pelo livro didático resulta da diversidade de suas finalidades e de seus receptores:

Aqui, sem dúvida, está a especificidade do objeto manual. Um manual não é um livro que lemos, mas um instrumento que usamos. A complexidade do manual – e por consequência de sua análise – vem do fato que ele assume funções múltiplas (e, com o passar do tempo, são mais e mais numerosas) junto aos diversos destinatários (alunos, professores, famílias, ...) cujas expectativas variam segundo os momentos (professor preparando sozinho o seu curso, professor lecionando, etc.).

Dentre esses múltiplos destinatários citados por Choppin, pensemos no professor. É ele quem seleciona o livro e estabelece de que maneira será utilizado em aula. Além disso, vale-se desse material para atualizar-se e estruturar seu trabalho em sala. Nessa ótica, torna-se admissível que os autores busquem estabelecer diálogos diretos com o docente, oferecendo-lhe orientações e direções específicas para o uso do livro, bem como sugestões gerais sobre métodos e práticas a serem desenvolvidos nas aulas. É dessa perspectiva que olharemos o livro didático.

Pesquisar o livro didático naquilo que ele apresenta direcionado especificamente ao professor pressupõe concebê-lo como instrumento de auxílio na formação e atualização docente. Tal premissa exige uma reflexão sobre a formação do professor.

Admitindo o professor como ator competente, cabe pensar de que forma se dá a produção e apropriação dos conhecimentos e o desenvolvimento do saber-fazer docente. Para Tardif (2010, p.234), essa elaboração ocorre por meio

de múltiplas experiências: “é a partir e através de suas próprias experiências, tanto pessoais quanto profissionais, que [os professores] constroem seus saberes, assimilam novos conhecimentos e competências e desenvolvem novas práticas e estratégias de ação”.

Portanto, como polo ativo de seu próprio ofício e sujeito do conhecimento, é na convergência de vários elementos que o professor constrói seus saberes. Além de vivências pessoais e formação acadêmica, o cotidiano escolar se constitui em ingrediente importante na elaboração dos saberes docentes. Nesse espaço, atuam diversos componentes: o contato com outros mestres, a experiência direta com o aluno em sala de aula, as reuniões pedagógicas, o acesso à literatura oficial (Propostas Curriculares, Planejamentos, Projeto Político-Pedagógico da escola etc.) e, é claro, os livros didáticos.

A perspectiva teórica que direciona a análise dos livros escolares neste artigo fundamenta-se nos pressupostos da história cultural, mais especificamente nos estudos de Roger Chartier (1990; 2009) sobre a História do Livro e da Leitura. Para esse autor, o historiador, ao analisar o texto/suporte/autor, deve procurar “reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão” (Chartier, 1990, p.123).

Pensando, concomitantemente, a força do texto e de seu suporte e o poder do leitor, é possível enquadrar as orientações ao docente presentes nos livros didáticos naquelas estratégias de que se valem autores e editores a fim de impor uma leitura compulsória ao texto – as “ortodoxias do texto”.

ESTADO, AUTORES E PROFESSORES: CONCEPÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

O novo regime político implantado no Brasil em 1889 trazia em seu ideário a instrução pública e a alfabetização como condições indispensáveis às transformações políticas, econômicas e sociais preconizadas. Em fins do século XIX, intensificaram-se os debates acerca do ensino público no Brasil, em especial o nível primário. A modernização por que passava o país exigia também

que a escola e seus conteúdos se transformassem, em consonância com o que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

Durante o período imperial e o início da República, a dicotomia entre o ensino primário e o secundário pautou a educação brasileira. O primário, voltado ao conjunto da população, deveria difundir os saberes elementares, fundamentando-se no tripé leitura-escrita-cálculo. Já o secundário, atendendo às elites dirigentes e à classe média, possuía caráter propedêutico, voltado ao preparo para o ingresso no nível superior.

Essa clivagem existente entre os dois níveis de ensino também se refletia no processo de formação docente. Durante o século XIX, o número de escolas normais – que ofereciam qualificação aos professores de primeiras letras – era pequeno em relação à demanda do ensino elementar. Dados de 1888 e 1889⁴ revelam que das 18 províncias brasileiras, 13 possuíam Escolas Normais. Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Santa Catarina estavam desprovidas dessa modalidade de ensino.

Os salários pouco atrativos, as precárias condições de trabalho, o clientelismo das nomeações e as manipulações nos concursos públicos tornavam menos cativante a carreira do magistério no ensino primário.

Diante desse quadro, Circe Bittencourt (2008, p.170) constata que “para a maior parte do país, adotou-se a política de restrição econômica na formação dos professores, constituindo-se o corpo docente, majoritariamente, de professores que se formavam na prática”.

Já o professor do secundário, em geral, possuía formação acadêmica. Porém, como profissional da educação era autodidata. Os primeiros cursos superiores voltados à formação de professores para atuação no ensino secundário no Brasil surgiram somente na década de 1930. Antes disso, os quadros docentes eram constituídos de egressos de outras profissões – formados em cursos de Direito, Engenharia ou Medicina, por exemplo – que aprendiam e desenvolviam, no exercício diário do magistério, seus métodos de ensino. Com exceção dos professores do Colégio Pedro II, dos Liceus Públicos e Cursos Preparatórios para as Faculdades de Direito, cujos concursos de ingresso levavam à seleção de uma elite docente (Bittencourt, 2008, p.179), os demais estabelecimentos secundários, públicos ou privados, empregavam professores polivalentes.

Era, portanto, na escola, na sala de aula que o professor do primário e do secundário conformava sua prática docente. Nessa “formação em serviço” é possível cogitar alguns elementos que poderiam auxiliá-lo: o contato com mestres mais experientes, a atuação dos inspetores escolares – funcionários encarregados de vigiar a atuação dos professores e de instrumentalizá-los nas metodologias de ensino – e os livros didáticos. Interessa-nos este último.

O Estado Brasileiro, ao assumir o planejamento e a condução da educação escolar, no século XIX, passou a utilizar vários mecanismos para direcionar o saber a ser difundido. O livro didático, ao atingir tanto o aluno quanto o professor, constituiu-se em instrumento privilegiado no processo de difusão.

Segundo Circe Bittencourt (2008, p.26), o poder governamental reconhecia “a força do livro escolar como peça importante na viabilização dos projetos educacionais. A obra didática era concebida como principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dele a formação do professor e do aluno”.

A relação dos professores com os livros didáticos é sintetizada por Bittencourt (2008, p.180): “Para professores encarregados de várias disciplinas, o livro didático era a provável fonte de seu conhecimento, lembrando que muitos dos livros didáticos nasceram das anotações organizadas para as aulas, criando-se os novos compêndios por compilações e cópias adaptadas de outros livros didáticos”.

Os autores das obras escolares tinham consciência da importância do professor na efetivação do manual em sala de aula. Por isso, muitas vezes inseriam nos compêndios textos em que revelavam suas concepções acerca do conhecimento escolar, das metodologias de ensino e, até mesmo, transmitiam orientações sobre o uso do material didático.

Essa “parceria” entre autores e professores não impedia que aqueles deixassem bem claro a estes que o local de onde falavam era bastante superior ao da maioria do professorado: “o professor era visto pelos autores como responsável pelo sucesso da obra, mas sempre foi considerado como alguém que deveria ser ensinado pelos livros que compunham. O livro didático explicitava o conteúdo da disciplina e era, ao mesmo tempo, o instrumento pelo qual o professor aprendia o método de ensino a ser utilizado em sala de aula” (Bittencourt, 2008, p.184).

Assim, ao longo do século XIX e início do XX, num contexto em que o Estado assume o direcionamento da educação escolar no país e os cursos de formação não atingem a maioria do corpo docente, o livro didático ganha destaque não apenas como material de estudos do aluno, mas como instrumento de atualização e subsídio para o professor.

ORIENTAÇÕES AOS DOCENTES EM LIVROS DIDÁTICOS

Admitindo o livro didático como grande companheiro do mestre no exercício da docência, seja o auxiliando em sua prática em sala de aula, seja oferecendo elementos para seu aperfeiçoamento, podemos pensar em algumas interrogações. Traziam esses livros algum tipo de orientação ao professor? De que forma as instruções eram apresentadas? Tratavam de questões de conteúdo ou metodológicas? A fim de responder a tais questionamentos, foram analisadas 16 obras e identificadas 12 que apresentavam algum tipo de diálogo com o mestre,⁵ direcionadas ao ensino primário e secundário, editadas entre 1880 e a década de 1930, referentes às disciplinas de Instrução Moral, Geografia, Gramática, Leitura, Língua Portuguesa, História, Aritmética, Corografia e Geometria, escritas por oito autores e impressas por 11 editoras.

Apesar da busca por compêndios que possuíssem orientações ao docente, muitos livros encontrados não apresentavam nenhum tipo de texto voltado ao professor. É o caso da *História do Brasil para o curso primário e ginásial*, de Mário Bulcão, editada em 1910 pela Typographia Magalhães. Com bela capa ilustrada e colorida e no frontispício a breve indicação da formação e da atuação profissional do autor, o livro principia com o texto sobre a “Descoberta da América”. Os textos vão se sucedendo até “Administração Republicana até 1909”. No final do livro há uma lista das obras escritas pelo Dr. Mário Bulcão. Não há prefácio, notas, nem qualquer tipo de diálogo com o docente ou o aluno (Bulcão, 1910).

Na mesma linha está *Lições de Chorographia do Brasil*, de Horácio Scrosoppi, publicado pela editora Francisco Alves. Embora conste na capa que a obra foi organizada “conforme o programa do Colégio Pedro II onde são adotadas” e de que a quinta edição foi “melhorada e ampliada conforme dados estatísticos de 1925 e 1926”, o livro começa diretamente com os textos da disciplina (Scrosoppi, 1927). O caso da *Chorographia* de Scrosoppi é interessante,

pois esse mesmo autor escreveu livros didáticos de Instrução Moral lançados pela Tipografia Kyng e pela editora Duprat (os quais serão objeto de análise mais adiante) que apresentavam detalhadas orientações ao professor.

Esses casos sugerem que a oferta de obras escolares contendo textos direcionados ao professor não se constituía em prática disseminada entre autores e editoras.

Entre os livros que estabeleciam alguma forma de interlocução com o docente, foram identificadas duas maneiras como se dava esse contato: 1) mediante prefácios (acrescidos ou não de notas ao longo dos textos), instruções, direções, orientações e explicações colocadas no decorrer do livro; 2) com a criação do “Livro do Mestre” ou da “Parte do Mestre”. Examinaremos cada uma delas de acordo com os níveis de ensino a que se referem.

LIVROS DIDÁTICOS VOLTADOS AO ENSINO PRIMÁRIO

Nos compêndios direcionados ao nível das primeiras letras, os textos dirigidos ao professor mostram-se mais constantes. Por meio de preâmbulos ou de instruções dispostas ao longo das lições, os autores procuram explicitar seus métodos de ensino e suas concepções sobre a matéria de estudo (Quadro 1).

Quadro 1 – Características das orientações ao professor nos livros didáticos voltados ao ensino primário – 1880-1930

Obra	Autor	Prefácio	Notas	Respostas	Direções	Livro do mestre
<i>Instrução Moral</i>	Horácio Scrosoppi	X			X	
<i>Pequenas lições de Instrução Moral</i>	Horácio Scrosoppi	X			X	
<i>Lições de Chorographia do Brasil (1)</i>	Horácio Scrosoppi					
<i>Lições de História do Brasil: para uso das escolas de instrução primaria</i>	Joaquim Manoel de Macedo	X			X	

continua

continuação

<i>História do Brasil</i> (1)	Mário Bulcão					
<i>Noções de Gramática</i>	Menezes Vieira	X			X	
<i>Ensino Prático da Língua Materna</i>	Menezes Vieira				X	
<i>O Amiguinho de Nhónhó</i>	Menezes Vieira	X				
<i>Aritmética Escolar: teoria, exercícios e problemas</i>	Ramon Roca Dordal	X	X	X	X	X
<i>História Brasileira</i>	S. Galvão	X				

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: Organizado por critério de autor. (1) Sem textos que dialoguem com o professor.

Joaquim Manoel de Macedo foi importante autor de livros didáticos, além de ter composto obras literárias como *A Moreninha*. Em *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, logo na “Prefação”, Macedo afirma que seu livro se mostra volumoso não pelo conteúdo exposto, mas pelas Explicações, Quadro Sinóticos e Perguntas que seguem as lições e que se configuram nas “bases principais do método que adotamos” (Macedo, 1907, Prefação).

Após ressaltar a importância do professor para o bom aproveitamento do livro, o autor apresenta seu método. Primeiro, o aluno deve compreender a lição e para tanto é essencial que conheça o significado de termos e palavras que aparecem no texto. Por isso, no final dos capítulos aparecem as *Explicações* que informam, por exemplo, no capítulo relativo à passagem do Brasil para domínio espanhol, o significado dos termos *Metrópole*, *Colônia* e *Tributos* (Macedo, 1907, p.109). Depois de bem compreender a lição, as *Perguntas* colocariam “em proveitoso tributo a atenção e a reflexão dos meninos”. Finalmente, a reprodução do Quadro Sinótico “de cór na pedra ou no papel grava na memória toda a matéria estudada” (Macedo, 1907, Prefação).

O método apresentado pelo professor Macedo sugeria ao docente uma forma de trabalho em sala de aula, baseando-se no tripé compreensão, reflexão

e memorização. É visando o sucesso dessa proposta que o autor adiciona à obra as explicações, os questionários e os quadros.

O caso mencionado retrata uma forma de apresentar ao docente orientações acerca do conteúdo a ser ensinado e da forma como fazê-lo. No prefácio, o autor propõe uma maneira de ensinar e acrescenta, ao longo do texto, notas com informações que certamente pretendiam auxiliar o professor em suas explicações.

Havia, contudo, obras didáticas que traziam instruções ao mestre de forma mais direta, não apenas no prefácio ou em notas, mas por meio de direções, advertências e indicações colocadas ao longo dos textos de aula e das atividades.

É o caso de *Noções de Gramática*, do médico Joaquim José Menezes Vieira, publicada em 1881. Segundo Almeida (2000, p.170), em 1875 Menezes Vieira foi o pioneiro no país na instalação de Jardins da Infância segundo o método Froebel, e também foi autor de várias obras didáticas. O livro – impresso para uso do Colégio Menezes Vieira, na tipografia do próprio estabelecimento de ensino – apresenta logo no início uma detalhada prescrição, em sete passos, de como o professor deveria desenvolver a aula e utilizar o compêndio:

Um exercício oral – amigável e animada palestra – entre o educador e os educandos deve começar o trabalho letivo diário, que constará de:

- 1º transcrição no quadro preto, no caderno e na lousa de todas as palavras ou frases indicadas;
- 2º silabação ora individual, ora coletivamente;
- 3º explicação e interrogação quanto ao sentido das palavras, exigindo respostas com proposições completas;
- 4º questões gramaticais relativas ao objeto da lição, reavivando constantemente os conhecimentos adquiridos;
- 5º silabação de cor;
- 6º trabalho oral ou escrito, conforme a rubrica de cada exercício;
- 7º lição indireta de gramática por meio do livro de leitura. (Vieira, 1881, p.4)

Ao longo da obra, entre os textos e exercícios propostos aos alunos, aparecem diversas instruções ao mestre, sempre num tipo menor. Na lição que trata do plural dos substantivos o autor indica: “o professor escreverá em uma

coluna à esquerda os seguintes nomes para que o educando em outra coluna à direita empregue-os no plural e reconheça a modificação que experimenta a palavra” (Vieira, 1881, p.33).

No estudo dos verbos da primeira conjugação no tempo futuro, o livro instrui: “o professor de viva voz e por escrito reproduzirá o exercício seguinte e, substituindo os nomes, dirá a ação que será executada”. Logo após o exercício sugere-se ao professor “explicar o que se chama radical e terminação, 1^a, 2^a e 3^a pessoa do singular e do plural” (Vieira, 1881, p.62-63).

No final do livro, antes do questionário geral, Menezes apresenta um modelo de análise gramatical por meio de diagramas, muito utilizado em escolas dos Estados Unidos. Segundo o autor o diagrama “facilita e abrevia o trabalho do educador e do educando. Daquele porque permite rever em uma sessão os exercícios de toda a classe: a um simples volver d’olhos reconhece as faltas cometidas” (Vieira, 1881, p.96).

Orientar o professor parece ser uma prática nos compêndios de autoria de Menezes Vieira. Em 1895, a Editora Alves & Cia, do Rio de Janeiro, publicou a terceira edição “revista e ampliada” de *O Amiguinho de Nhónhó*. A obra foi inicialmente escrita para as classes primárias do próprio colégio de Menezes Vieira, mas diante de um pedido dos editores o autor reviu a obra, ao que parece para que ela fosse colocada em ampla circulação no mercado.

No prefácio, Vieira ressalta a concepção que tem do livro como um guia para o professor, em especial aos principiantes: “Os [professores] noveis terão um guia seguro para os primeiros passos em sua delicadíssima profissão” (Vieira, 1895, Prefácio).

O livro está organizado em 22 textos, cada um seguido de exercícios orais e escritos. Tais atividades dividem-se em dois blocos: um mais voltado à compreensão e interpretação do texto e outro direcionado aos aspectos gramaticais. Menezes Vieira (1895, Prefácio) afirma que no questionário das leituras não pretendeu “impor uma diretriz aos exercícios, mas apresentar alguns processos de torná-los realmente profícuos”, no entanto a indicação de como efetuar as atividades com os alunos (oral ou escrita) e a própria organização dos questionários denotam um direcionamento à prática do professor.

Ao longo do livro não aparecem quaisquer indicações ao docente, exceto na última lição, intitulada “Ao Jardim Zoológico”. Nesse texto algumas palavras são substituídas por imagens. Junto ao título aparece um asterisco que

remete ao rodapé da página, onde há uma indicação ao professor de como utilizar as imagens em sala: “As figuras servem para um excelente exercício intelectual, fazendo adquirir, comparar, exprimir, associar ideias, conforme o plano adotado pelo educador” (Vieira, 1895, p.83).

Menezes Vieira era professor vitalício de Linguagem Escrita do Instituto Brasileiro dos Surdos-Mudos. Em 1885, lançou *Ensino Prático da Língua Materna*, livro desenvolvido para o ensino da língua portuguesa a alunos surdos-mudos segundo um método francês. A obra apresenta inúmeras orientações ao docente, em especial na forma como explorar os exercícios. É o que ocorre, por exemplo, no ensino do emprego de artigos definidos, quando o autor sugere: “Exercício – O educando copiará os nomes, antepondo-lhes o artigo, por exemplo: a pá, o pé, a lua...” (Vieira, 1885, p.7). Ou ao tratar dos gêneros: “O educando copiará os nomes de 1 a 13 escrevendo, diante de cada um, a modificação genérica correspondente” (Vieira, 1885, p.21).

Aparecem, também, instruções voltadas à forma como o professor pode desenvolver o conteúdo. No ensino de numerais, sugere-se: “O professor indicará os objetos para que o educando determine o número. Será conveniente começar pelos nomes que seguem a regra geral” (Vieira, 1885, p.8). Ou ainda “evite-se a monotonia da nomenclatura, mandando que o aluno empregue estes nomes no plural, determinados pelo artigo ou pelo adjetivo numeral” (Vieira, 1885, p.10).

Chama a atenção o fato de o livro, apesar de confeccionado para o ensino dos surdos-mudos, apresentar passagens com orientações para o desenvolvimento da aula para alunos falantes e ouvintes. Na página 21, abaixo das instruções voltadas aos surdos, aparece: “Nas classes de falantes – Convirá amenizar o ensino por meio de historietas, pequenas fábulas, anedotas, graduadas criteriosamente conforme o desenvolvimento intelectual do educando” (Vieira, 1885, p.21). O emprego dos exercícios com esses alunos também merece a atenção do autor: “Exercício para os alunos falantes: Mostrar ou desenhar o objeto para que o aluno pronuncie ou escreva o nome e vice-versa. Mandar contar os objetos, acostumando a definir e classificá-los. Formar pequenas frases sobre um ou mais de um, por exemplo: O cão é um animal...” (Vieira, 1885, p.2).

Em *Pequenas lições de Instrução Moral* Horácio Scrosoppi oferece ao professor detalhadas orientações para o desenvolvimento da aula.⁶ As primeiras

seis páginas do livro destinam-se a apresentar o objeto do ensino moral, a finalidade e as características desse ensino e o papel do professor, cuja missão consistia em “fortificar, arraigar na alma de seus alunos, por toda sua vida, fazendo passar para a prática quotidiana, estas noções essenciais de moralidade humana” (Scrosoppi, 1909, p.5). Também tratam do método de ensino. Sugere-se ao mestre que não orne a memória da criança, mas comova seu coração e, para tanto, deve se limitar “aos pontos essenciais, que fique elementar, porém claro, simples, imperativo e persuasivo ao mesmo tempo” (Scrosoppi, 1909, p.8).

Por fim, orientações sobre a estrutura e uso do livro. Encontra-se dividido em 44 lições que abordam determinados preceitos de forma concisa a fim de que o aluno possa decorá-los. Antes da memorização, o professor deverá desenvolver esses preceitos por narrações e leituras. O autor conclui, ressaltando o papel do livro como guia para o professor:

A fim de guiá-lo na sua missão, faremos preceder cada exercício de alguns exemplos que ele poderá facilmente multiplicar.

Estes exemplos se acham conjuntamente com o índice de cada lição de moral sob a epígrafe: DIREÇÕES. (Scrosoppi, 1909, p.9, grifo do autor)

Essas “Direções” apontadas por Scrosoppi aparecem ao longo de todo o livro. Em alguns momentos indicam ao professor um roteiro para o desenvolvimento da aula: “O encargo do mestre será muito simples. Consistirá a fazer aos alunos algumas leituras, ou narrações, e fazer tirar por eles mesmos, tanto quanto isto for possível, o preceito moral que elas encerram” (Scrosoppi, 1909, p.10). Outras vezes sugerem formas de abordar determinado conteúdo, ressaltando os aspectos a serem enfatizados. É o caso da Vigésima Quarta Lição – *O imposto – O dever de pagá-lo*: “O mestre, nesta lição, esforçar-se-á por fazer compreender o funcionamento do orçamento do Estado estabelecido pela representação nacional, ou estadual” (Scrosoppi, 1909, p.30).

Há também sugestões de leituras e narrações que o professor deve realizar para a sala. Na lição que trata dos *Deveres para com os animais*, o professor terminará sua explanação “fazendo algumas das seguintes narrações: Buffon – A Ovelha e o Cão, por Florian – Os Cães do monte São Bernardo – O cavalo de Athenas (não se deve ser ingrato, até para com os animais) – O Ninho de Melro, por Eduardo Charton, etc.” (Scrosoppi, 1909, p.23).

É importante observar que em 1892, Horácio Scrosoppi publicou pela Typographia King, de São Paulo, *Instrução Moral*. Apesar do título ligeiramente diferente, o livro é em quase tudo idêntico a *Pequenas lições de Instrução Moral*, tanto em termos de conteúdo, quanto nas orientações ao professor. Contudo, um aspecto merece destaque: as 44 lições se apresentam devidamente divididas pelos meses do ano letivo – de janeiro a dezembro.

Nos exemplos apresentados nota-se, portanto, a intenção de instruir o docente tanto na forma como se vai explorar o livro didático, quanto na maneira de ensinar. Metodologias de ensino são esmiuçadas num passo a passo, qual modelos a serem seguidos pelos mestres.

Os livros direcionados ao ensino primário não traziam a resolução dos exercícios. Tal prática parece ter se disseminado entre os chamados “Livros do Mestre” voltados ao secundário. Um caso, contudo, escapa a essa regra. A obra *Aritmética Escolar*, de Ramon Roca Dordal, talvez tenha sido a ocorrência mais emblemática de compêndio que combinou orientações ao professor e resolução de exercícios. Dordal foi auxiliar da diretoria da Segunda Escola Modelo e Diretor do Primeiro Grupo Escolar do Brás. Como Inspetor Escolar escreveu relatório, publicado no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1910/1911*, defendendo a substituição das lousas de pedra utilizadas pelos alunos por folhas de papel, afirmando que aquelas deveriam ser aposentadas com o *Syllabário* e a *Carta de Nomes*, pois concorrem “a demorar e até a prejudicar o desenvolvimento regular das aptidões infantis, tornando demais moroso e imperfeito o trabalho do educando” (São Paulo, 1910/1911, p.75).

O professor Dordal parecia dotado de espírito inovador. Em 1905, organizou sua *Aritmética* em seis cadernos – “não sei se no Brasil, mas em São Paulo minha *Aritmética* era o primeiro livro escolar publicado em cadernos” (Dordal, 1915, Observações). Com a prática em sala de aula, elaborou seu método para o ensino da matemática. As vantagens, ele mesmo apresenta: “Só uma dificuldade de cada vez; só uma lição em cada página. Passar a nova lição somente quando o aluno tiver compreendido a anterior, e resolvido os problemas em relação a ela formulados” (Dordal, 1915, Observações).

Dez anos depois, na quarta edição, outra inovação: a publicação do “Livro do Mestre”. Nas “Observações” que introduzem a obra, o autor afirma estar convencido da falta de tempo dos professores para efetuar a resolução da lição

marcada para seus alunos, por isso decidiu apresentar demonstrados e resolvidos todos os exercícios presentes no livro do aluno.

Arithmética Escolar, contudo, não é composto apenas de exercícios. O livro está organizado em lições. Inicialmente apresenta-se a parte teórica e, em seguida, são propostos problemas. Em meio aos textos e atividades, o autor insere orientações ao professor, sob os títulos de “Advertência”, “Observação” e “Nota”.

Na lição XXIII, por exemplo, que trata da “Numeração”, consta a seguinte orientação ao professor: “OBSERVAÇÃO – Nesta lição e nas que tratam de numeração o professor deve verificar se o aluno escreve e lê com facilidade os pequenos números que lhe foram ditados” (Dordal, 1915, p.20, grifo do autor).

Já na lição XVII, sobre “Decimais”, o autor instrui o docente: “NOTA – Ao começar o estudo de decimais, o professor explicará que assim como nos inteiros os números aumentam de dez em dez cada lugar à esquerda, nos decimais seu valor diminui de dez em dez cada lugar à direita” (Dordal, 1915, p.76, grifo do autor).

O “Livro do Mestre” do professor Ramon Dordal não é, portanto, uma simples compilação de demonstrações e resoluções de exercícios. A coleção – elaborada em cadernos, com uma lição por página, respeitando a gradação intelectual do aluno – reflete o método do autor, ou como ele próprio afirma “meu modo de ministrar o ensino da aritmética; eis o que aconselho a todos os que quiserem obter resultados satisfatórios...” (Dordal, 1915, Observações). Embora a epígrafe na apresentação do livro ressalte que “todo professor tem seu modo de ministrar o ensino de cada disciplina”, o professor Dordal apresenta seu método, aconselha o uso e busca instruir e orientar o docente a fim de que obtenha sucesso.

Circe Bittencourt (2008, p.183), ao analisar os textos direcionados aos docentes que constam nos livros escolares editados ao longo do século XIX e início do XX, constata que “o poder do professor em sala de aula ... obrigou os autores a travar um diálogo com seu interlocutor mais autorizado por intermédio de ‘introduções’, ‘prefácios’ (prefação), ‘advertências’ que, invariavelmente, iniciavam o livro didático”. A investigação realizada neste artigo permite alcançar conclusões semelhantes.

As diversas iniciativas de inserir nos livros didáticos algum tipo de instrução ao docente são fruto de ações individuais, seja de autores ou editores,

que buscam auxiliar ou orientar o trabalho do professor. No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, não havia nenhum constrangimento legal que promovesse e regulamentasse a introdução dessas direções. Tanto na forma quanto no conteúdo as orientações variam muito, pois não existe um padrão específico de como devem ser transmitidas ao professor. São prefácios e apresentações onde os autores descortinam sua metodologia de ensino e indicam as melhores maneiras de utilizar o compêndio; são notas, instruções, direções e advertências inseridas ao longo do texto didático contendo informações complementares sobre determinado conteúdo, sugestões de como desenvolver determinada atividade e como abordar tal assunto.

LIVROS DIDÁTICOS VOLTADOS AO ENSINO SECUNDÁRIO

Se nos compêndios do nível primário as instruções ao professor apareciam sob diversas formas, para o ensino secundário o repertório parece ser mais restrito. Entre as obras analisadas foi possível identificar dois formatos: os prefácios e o “Livro do Mestre” ou “Parte do Mestre” (Quadro 2).

Quadro 2 – Características das orientações ao professor nos livros didáticos voltados ao ensino secundário – 1880-1930

Obra	Autor	Prefácio	Notas	Respostas	Direções	Livro do mestre
<i>História do Brasil</i> (4)	Mário Bulcão					
<i>Curso Methodico de Geografia Physica, Política e Astronômica</i>	Joaquim Maria de Lacerda	X	X			
<i>Exercícios de gramática: análise lexicológica e sintática e redação</i>	André Perez Y Marin			X		X
<i>Exercícios de gramática: análise lexicológica e sintática e redação</i> (1)	André Perez Y Marin					

continua

continuação

<i>Novo manual de língua portuguesa: gramática, lexicologia, análise, composição</i>	(2)	X		X	X	X
<i>Novo manual de língua portuguesa: gramática, lexicologia, análise, composição</i> (1)	(2)					
<i>Geometria Elementar</i>	(3)			X		X

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: Organizado por critério de autor. (1) Livro do Discipulo; (2) Sem indicação de autoria. Consta “Por uma reunião de professores”; (3) Sem indicação de autoria; (4) Sem textos que dialoguem com o professor.

Em *Curso Methodico de Geografia Physica, Política e Astronômica*, Joaquim Maria de Lacerda apresenta no Prefácio a estruturação da obra: “O presente *curso methodico de Geographia* vai dividido em três partes: Geographia geral, Geographia particular e Cosmographia. Como introdução à obra consagramos algumas páginas às NOÇÕES PRELIMINARES, que contêm o que é absolutamente indispensável para a inteligência da Geographia” (Lacerda, 1884, p.1, grifos do autor).

O autor também ressalta a importância do estudo da Geografia para os países civilizados e cita o geógrafo francês Levasseur para, sutilmente, criticar o aprendizado baseado na memorização e indicar os caminhos para o ensino da geografia: “Por mais compendioso que seja este ensino, é de necessidade ter sempre em vista provocar a reflexão dos estudantes e desenvolver a sua inteligência ao menos tanto como a sua memória. Cada nome deve, quanto possível, ser acompanhado d’um traço descritivo que interesse a inteligência e a imaginação” (Lacerda, 1884, p.2).

O livro de Lacerda apresenta recursos interessantes – o uso de dois tipos gráficos e de notas – que são detalhados pelo autor no Prefácio. Os textos principais vêm em letras maiores, pois são “as coisas necessárias e indispensáveis, que todo estudante de Geographia deve saber”. Nos tipos menores, entremendo o texto principal, informações “destinadas aos estudiosos que desejem adquirir um conhecimento mais perfeito e cabal d’esta importante ciência”. Por

fim, ao pé da página, notas “que aclaram algumas dificuldades do texto e encerram grande cópia de notícias preciosas, que não é possível fazer aprender aos meninos, mas cuja leitura lhes será mui útil e interessante” (Lacerda, 1884, p.2).

Lacerda apresenta ao docente, em seu prefácio, não apenas a obra, mas uma proposta de ensino da geografia, menos centrada na memória e mais voltada à compreensão. As notas e os textos em letras menores presentes no livro parecem configurar muito mais subsídios ao professor que acréscimos aos discentes.

Na primeira década do século XX, algumas coleções passaram a ofertar um livro didático específico ao docente. Segundo Circe Bittencourt (2008, p.185), “o Livro do professor foi introduzido sistematicamente nas coleções FTD, conforme demonstra o catálogo da Nova Coleção de livros clássicos de 1909”. O aspecto precursor dessa iniciativa da Coleção FTD instiga algumas perguntas: Quais obras dessa coleção eram acompanhadas do “Livro do Mestre”? Quais disciplinas eram contempladas com a edição do professor?

Em 1912, a editora Francisco Alves publicou o *Novo manual de língua portuguesa: gramática, lexicologia, análise, composição*. Nas últimas páginas do livro era divulgado o extrato de Catálogo da “Nova Colleção de Livros Clássicos” (a antiga coleção FTD). Tal coleção abrangia livros didáticos de oito disciplinas, todos elaborados “por uma reunião de professores”. Eram três obras voltadas à Língua Portuguesa, nove das Matemáticas⁷ (três de Aritmética, dois de Álgebra, dois de Geometria, um de Trigonometria e um de Exercícios de cálculos e das quatro operações), cinco de Geografia, três de História, seis de Ciências, três de Línguas (inglês e francês), nove de Religião e nove de Caligrafia. Todos os nove livros dos ramos das matemáticas e os três de Língua Portuguesa apresentam a “Parte do Mestre”.

A *Geometria Elementar*, publicada em 1924 pela Livraria Paulo de Azevedo & Cia e pertencente à “Coleção FTD”, também traz a relação das obras publicadas pela coleção. São 16 livros do curso das matemáticas, dos quais 13 vêm acompanhados da “Parte do Mestre”. Os de Língua Portuguesa totalizam cinco, sendo quatro com a parte voltada ao professor. As obras das demais disciplinas – língua francesa, língua inglesa, geografia, história, física, química, história natural e caligrafia – trazem apenas o livro do discípulo.

A edição da *Álgebra Elementar* de 1941, também da coleção de livros didáticos da FTD, contém relação dos livros da coleção. Todos os de Aritmética, Álgebra e Geometria, além de um de Trigonometria e um de Ensino Comercial

trazem a “Parte do Mestre”. A novidade: um compêndio de Física dos cinco expostos e três de Química dos sete apresentados eram acompanhados do livro do professor.

A análise dos extratos de catálogos da Coleção FTD permite observar que o “Livro do Mestre” se tornou, entre as décadas de 1910 e 1940, material recorrente apenas para as disciplinas de Língua Portuguesa e das Matemáticas, seja no curso primário ou no secundário. Somente na década de 1940, Física e Química passarão a ser contempladas; quanto à História, Geografia e Ciências, nenhuma referência. Parece haver maior preocupação com o ensino da língua materna e com a área das ciências exatas.

A prática de se oferecer ao professor um livro específico se consagrou na “Nova Colleção de Livros Clássicos” (a antiga coleção FTD). Contudo, o pioneirismo parece não ter sido exatamente dessa coleção. Em 1906, a Oficina Polytechnographica M. Orosco & C. publicava, em nova edição melhorada, *Exercícios de gramática: análise lexicológica e sintática e redação*, voltado ao nível secundário, de André Perez y Marin.⁸ Logo na capa, a indicação “Livro do Mestre”. O mesmo título foi localizado em edição de 1908, só que na versão “Livro do Discípulo”.⁹

Em 1915, a editora Francisco Alves lançava a já referida *Arithmética Escolar*, livro do professor e inspetor escolar Ramon Roca Dordal. Essa era a quarta edição da obra, mas a primeira a oferecer o “Livro do Mestre” – que na capa trazia a indicação “Guia Pedagógico”.

Portanto, é ao longo da primeira década do século XX que aparecem os compêndios específicos – com algum tipo de orientação ou auxílio – voltados ao docente. A “Nova Colleção de Livros Clássicos” (a antiga coleção FTD), independente da casa editora, incorporou a “Parte do Mestre” como integrante de suas publicações didáticas ao longo das décadas de 1910 e 1920 até os anos 1940 e adotou essa prática de forma sistemática. As outras duas obras analisadas – *Exercícios de gramática: análise lexicológica e sintática e redação* e a *Arithmética* do professor Dordal – revelam também a preocupação com a instrumentalização docente. Mas que tipo de informações e orientações ao professor traziam essas obras? Em que diferiam do livro utilizado pelo discente?

O livro *Exercícios de gramática: análise lexicológica e sintática e redação*, de André Perez y Marin, é composto apenas por atividades e propostas de redações, não há parte teórica. O “Livro do Mestre” não apresenta introdução,

nem instruções ou orientações específicas ao docente. Não há qualquer diálogo entre o autor e o leitor/professor. Apresenta a mesma organização do “Livro do Discípulo”, diferindo deste apenas por trazer as respostas dos exercícios.

Assim, o *Exercício 8 – Substantivos Verbais* tem como proposta em ambos os livros “Dos seguintes verbos derivar substantivos que indiquem a ação”. Na obra para o aluno aparecem os verbos: “Adorar. Contemplar. Considerar. Colocar...” (Perez y Marin, 1908, p.7). Na do mestre, a solução: “Adorar, adoração. Contemplar, contemplação. Considerar, consideração. Colocar, colocação...” (Perez y Marin, 1906, p.11).

A seção voltada às composições propõe ao aluno um tema e um sumário, que funcionava como roteiro a ser seguido para o desenvolvimento da redação. A composição XLV tem como assunto “O Médico”, e o sumário sugere: “A medicina é grande e nobre carreira – É a esperança e recurso do pobre doente, da mãe que vê sofrer seu filhinho, da família que se acha ameaçada de perder seu chefe – Esta carreira tem suas alegrias e triunfos, citai-os – Tem também seus espinhos: dizei quais...” (Perez y Marin, 1908, p.192).

No “Livro do Mestre” aparecem as mesmas indicações, contudo, abaixo do sumário apresenta-se um modelo de redação, elaborado consoante o roteiro proposto.

O *Novo manual de língua portuguesa: gramática, lexicologia, análise, composição*, da “Nova Colleção de Livros Clássicos”, traz, além de atividades, parte teórica. Mas a ênfase do livro pode ser compreendida pelo breve *slogan* presente na capa: “Gramática pouca, exercícios muitos”. Na parte de Gramática o livro do professor e o do aluno são idênticos. Nas atividades, no entanto, aparecem alguns acréscimos, a começar pela proposição. A primeira lição do livro trata de *Nome ou Substantivo*. O exercício pede ao aprendiz: “Reconhecer e sublinhar os substantivos” (Novo Manual..., 1923, p.6); para o mestre apresenta o que se espera que o aluno faça, já com as respectivas respostas – “O aluno deve ter reconhecido e sublinhado os substantivos (aqui estão grifados)” (Novo Manual..., 1912, p.6). Alguns trazem a resposta abaixo do exercício, sob a rubrica “Explicação”.

Nota-se uma preocupação dos autores não apenas em oferecer a resolução ao professor, mas em orientá-lo na correta realização da atividade. É o caso da instrução ao docente no exercício sobre formação de nomes: “Com o substantivo na esquerda da linha pontilhada, o aluno deve ter formado um substantivo novo

antepondo ao primeiro um dos prefixos à direita da mesma linha” (Novo Manual..., 1912, p.15) e, logo abaixo, a “Explicação”, com as respostas.

Já nos exercícios de Leitura um texto é apresentado e, em seguida, propõe-se um estudo analítico por meio de questões. O “Livro do Mestre” contém a resolução do questionário.

Nas composições, os autores sugerem um tema e um sumário para que o aluno desenvolva seu texto. Na parte do docente, há uma redação modelo elaborada de acordo com o roteiro proposto.

No encerramento do livro, uma mensagem dos autores “aos distintos Mestres”, na qual buscam ressaltar que todas as orientações contidas no livro do professor “são apenas uma indicação do caminho a seguir” e frisam que os exercícios de composição devem sofrer adaptações “por conta do lente que conhece o preparo prévio, a disposição de espírito, a índole, os preconceitos, os hábitos, etc., dos seus discípulos, outros tantos fatores importantes no feliz êxito de uma preleção” (Novo Manual..., 1912, Aos distintos Mestres).

Na disciplina de Geometria, o livro do mestre analisado – *Geometria Elementar* (1924), da coleção FTD – traz o conteúdo desenvolvido por meio de exercícios. A obra não apresenta nenhum tipo de diálogo com o professor, porém, oferece detalhada resolução, passo a passo, de todas as atividades.¹⁰ Oferecer um livro específico voltado ao professor, diverso do livro do aluno, não parece ter sido prática que se propagou em toda a produção didática do início do século XX. Contudo, as coleções e autores que a adotaram o fizeram de forma sistemática. Os “Livros do Mestre” analisados revelam que a característica principal dessas obras, seja da área de Língua Portuguesa, seja dos ramos das Matemáticas (Aritmética, Álgebra e Geometria), era o oferecimento das resoluções dos exercícios propostos. Algumas traziam também indicações e orientações ao docente quanto ao uso do livro e ao desenvolvimento da aula.

LIVROS DIDÁTICOS, IMPRESSOS EDUCACIONAIS E MODELOS PEDAGÓGICOS

Após a implantação do regime republicano no país, diversos estados efetuaram reformas da educação pública visando promover a instrução popular. Em São Paulo, a elite oligárquica que comandava o estado investiu na estruturação de um sistema escolar que representasse o progresso e a modernização

que a República trazia. O modelo paulista tornou-se, a partir do início do século XX, referência para iniciativas de remodelação escolar em outros estados brasileiros e se referenciou na Pedagogia Moderna, que se estruturava “sob o primado da visibilidade, propondo-se como arte cujo segredo é a boa imitação de modelos” (Carvalho, 2000, p.111).

Os impressos pedagógicos do período se organizam em torno dos fundamentos da moderna pedagogia e o disseminam. Buscam oferecer aos docentes orientações metodológicas e práticas pedagógicas exemplares a serem adotadas em aula: “A centralidade do exercício escolar no campo normativo da pedagogia indicia a lógica que preside a organização de impressos que, como a revista *A Eschola Pública*, estruturam-se como caixas de utensílios para uso de professores, com seções de pedagogia prática compostas por roteiros ou modelos de lições” (Carvalho, 2000, p.113).

Pensando nos livros didáticos como elemento central no processo de formação e atualização docente, cabe indagar: os princípios da Pedagogia Moderna e sua concepção da arte de ensinar como eficiente reprodução de modelos – a “Caixa de Utensílios” ofertada nos periódicos educacionais – se refletiam nos compêndios editados no período? Podemos identificá-los nos livros voltados aos dois níveis de ensino?

A análise dos livros escolares empreendida permite perceber que a maior parte das obras que contêm algum tipo de diálogo com o professor é voltada ao ensino primário. Nos compêndios de Menezes Vieira (1881; 1885; 1895), Horácio Scrosoppi (1892; 1909) e Ramon Roca Dordal (1915) observa-se a preocupação dos autores em oferecer ao professor modelos de ação.

Já os materiais dirigidos ao secundário, quando apresentam orientações, estas mostram-se bem mais sucintas, diversas, portanto, do modelo prescritivo e detalhista adotado nos livros do primário. Tal característica pode ser notada em Lacerda (1884) e no *Novo manual de língua portuguesa: gramática, lexicologia, análise, composição* (1912; 1923). Com o advento da “Parte do Mestre”, muitos livros sequer trazem textos ao docente, mas apenas as respostas dos exercícios propostos – casos de *Exercícios de gramática: análise lexicológica e sintática e redação* (1906; 1908) e *Geometria Elementar* (1924).

É possível sugerir uma aproximação entre o conteúdo das orientações direcionadas ao professor primário e o modelo da “Caixa de Utensílios” veiculado nas revistas de ensino, o que não se percebe nos materiais do ensino secundário.

Pode-se cogitar que tal fato seja reflexo da própria finalidade de cada nível de estudo e da conseqüente representação social dos respectivos docentes. Ao primário – voltado à maioria da população, com professores leigos ou formados em cursos normais, cuja expansão era uma bandeira do regime republicano – são apresentados subsídios de caráter prescritivo, modelos a serem seguidos. Já ao secundário – restrito, formador das elites dirigentes, onde o professor possuía *status* diferenciado e formação em nível superior (mesmo que não específica) – as interlocuções com o docente são menos comuns e normativas. Essencial era o conteúdo, aprendido quase que por impregnação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático desempenha, no espaço escolar, as funções de importante material de estudos para o aluno e significativo instrumento de atualização e fonte de referências para o trabalho do mestre em sala de aula.

Por meio da análise empreendida foi possível constatar que alguns compêndios direcionados ao ensino primário traziam orientações bastante detalhadas, modelos a serem seguidos, o que permite sugerir uma aproximação destes com o modelo pedagógico em voga – centrado na Pedagogia Moderna, segundo a qual a “arte de ensinar” baseava-se na observação e cópia de modelos (Carvalho, 2000) – e que era disseminado por meio dos impressos pedagógicos. Assim, seria possível cogitar que os livros didáticos cumprissem uma função semelhante à das revistas de ensino, no que toca à divulgação de “receitas para ensinar”.

Já nos manuais do secundário as instruções eram mais sucintas, muitas vezes apenas com a indicação das respostas (casos do “Livro do Mestre”). Tal diferenciação entre os conteúdos destinados aos docentes do primário e secundário talvez possa ser compreendida pelas características e finalidades de cada um dos níveis de ensino, bem como pela própria formação e representação social do professor.

REFERÊNCIAS

ÁLGEBRA Elementar: para uso dos colégios, ginásio e aspirantes a tôdas as escolas superiores. Parte do Mestre. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1941. (Coleção de livros didáticos FTD).

- ALMEIDA, José Ricardo P. de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo: Educ, 2000.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- _____. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. *Revista de História*, São Paulo, n.164, p.487-516, jan./jun. 2011.
- BULCÃO, Mário. *História do Brasil*. São Paulo: Typographia Magalhães, 1910.
- CARVALHO, Marta Maria C. de. A Caixa de Utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria Lúcia S. (Org.) *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p.137-167.
- _____. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.1, p.111-120, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial; Ed. Unesp, 2009.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004.
- _____. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*, Pelotas, Asphe/FAE/UFPEl, v.6, n.11, p.5-24, abr. 2002.
- DORDAL, Ramon Roca. *Arithmetica escolar: teoria, exercícios e problemas*. Livro do Mestre – Guia Pedagógico. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.
- FONSECA, James B. V. da; GASMAN, Lydinéia. *Estudos Sociais: guia metodológico*. Rio de Janeiro: Fename/MEC. (Cadernos MEC, 1967).
- GALVÃO, S. *História Brasileira*. 1.ed. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930.
- GAUDENZ, Josephina de C. e S. *Estudos Sociais na Escola Primária*. Rio de Janeiro: MEC-Programa de Emergência, Biblioteca do Professor Brasileiro, 1962.
- GEOMETRIA Elementar: curso médio. Livro do Mestre. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1924. (Coleção FTD).
- LACERDA, Joaquim M. de. *Curso methodico de Geographia physica, politica e astronomica: composto para uso das escolas brasileiras*. 3.ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.
- LEITE, Dinara. *Metodologia da Geografia e da História*. Rio de Janeiro: Conquista, 1950.
- LEITE, Miriam M. *O ensino de História no primário e no ginásio*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- LEMONS, Lucia de. *Planos de aula de História*. 1.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1964.

- MACEDO, Joaquim M. de. *Lições de História do Brasil*: para uso das escolas de instrução primária. 9.ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.
- NOVO MANUAL de lingua portugueza: grammatica, lexicologia, analyse, composição, para uso das escolas secundárias. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1923.
- NOVO MANUAL de lingua portugueza: grammatica, lexicologia, analyse, composição, para uso das escolas secundárias. Livro do Mestre. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.
- PEREZ Y MARIN, André. *Exercícios de grammatica*: analyse lexicologia e syntactica e redacção. Livro do Mestre. Rio de Janeiro: Officina Polytechnographica M. Orosco & C., 1906.
- _____. *Exercícios de grammatica*: analyse lexicologia e syntactica e redacção: 2ª parte: curso secundário. Livro do Discípulo. s.l.: s.n., 1908.
- RIBEIRO, Fabio. “*Prezado professor*”: prefácios, notas, advertências e *Manual do professor*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26052015-110034/pt-br.php>.
- SÃO PAULO (Estado). Diretoria Geral da Instrução Pública. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1910/1911*. São Paulo: Tipografia Siqueira, Nagel & C., 1910/1911.
- SCROSOPPI, Horácio. *Instrução moral*. São Paulo: Tipografia Kyng, 1892.
- _____. *Lições de chorographia do Brasil*: organizadas conforme o programma do Collegio D. Pedro II. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.
- _____. *Pequenas lições de Instrução Moral*. 3.ed. São Paulo: Duprat, 1909.
- SERRANO, Jonathas. *Como se ensina a História*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1935.
- _____. *Methodologia da História na aula primária*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- VIEIRA, Menezes. *O Amiguinho de nhónhó*: leitura corrente e expressiva. 3.ed. Rio de Janeiro: Alves & C., 1895.
- _____. *Ensino pratico da lingua materna*: segundo o plano da obra “Méthode d’enseignement aux sourds muets” par les frères de St. Gabriel. Rio de Janeiro: Pinheiros & Cia., 1885.
- _____. *Noções de Grammatica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Typ. do Collegio Menezes Vieira, 1881.

NOTAS

¹ A consulta ao sistema LIVRES, da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, está disponível em: <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/#>; Acesso em: 17 dez. 2016.

² A página do Laboratório de Ensino e Material Didático (Lemad) do Departamento de História da FFLCH/USP permite a consulta ao acervo da biblioteca do Laboratório. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/acervo022013>; Acesso em: 17 dez. 2016.

³ A título de exemplo, vale destacar algumas obras publicadas sobre o ensino de História: SERRANO, 1917; SERRANO, 1935; LEMOS, 1964; LEITE, 1969; LEITE, 1950; GAUDENZI, 1962; FONSECA; GASMAN, 1967.

⁴ Dados compilados das tabelas presentes em: ALMEIDA, 2000, p.276-292.

⁵ No catálogo digital do Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES), da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, a pesquisa foi feita em intervalos de 10 anos entre 1880 e 1930, preenchendo os filtros “Notas” e “Gênero” com os termos “prefácio”, “notas”, “programa”, “guia” e “manual”.

⁶ No banco de dados da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, onde localizamos a obra, consta que o livro dirige-se ao uso em Escolas Normais. Contudo, ele apresenta textos voltados para as crianças e as orientações ao docente. Como não existe nenhuma indicação de que seja “livro do professor”, pode-se concluir que era um livro didático utilizado na formação dos mestres.

⁷ Cumpre ressaltar que até a Reforma Francisco Campos (1931), Aritmética, Álgebra e Geometria constituíam disciplinas autônomas, sendo denominadas conjuntamente de Matemáticas.

⁸ Nas capas dos dois livros (do Mestre e do Discípulo) não se indica o nome do autor, existe apenas a menção “por um amigo da instrução”. Contudo, no catálogo digital LIVRES consta a autoria de André Perez y Marin.

⁹ Esses livros não apresentavam extratos de catálogos da editora, não sendo possível saber se a editora publicava livros didáticos de outras disciplinas e se estes apresentavam o “Livro do Mestre”.

¹⁰ Apenas a título de comparação, uma vez que a publicação extrapola as balizas temporais deste estudo, a mesma coleção FTD lança, em 1941, *Álgebra Elementar*, com o Livro do Mestre. Apesar do intervalo de 17 anos entre suas publicações, tanto *Geometria Elementar* (1924) quanto *Álgebra Elementar* (1941) apresentam bastante semelhança. O conteúdo é exposto por meio de atividades, não se oferece interlocução com o docente, e os exercícios são resolvidos detalhadamente.

Artigo recebido em 18 de janeiro de 2017. Aprovado em 7 de março de 2017.